



SÓNIA SANFONA REDIGIU O RELATÓRIO DO BPN

# A deputada que safou Constâncio

■ TEXTO ■ JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA  
■ joao.m.baptista@24horas.com.pt



Sónia Sanfona, a deputada do PS encarregue de redigir o relatório final da comissão ao BPN, tem estado, nos últimos dias, sob fogo cerrado, devido às conclusões que retirou dos trabalhos e que ilibam o Banco de Portugal no processo que levou à nacionalização do banco. Contudo, por trás do ar sereno com que tem rebatido as críticas, afirmando estar "de consciência tranquila" esconde-se uma mulher que subiu a pulso.

Nascida há 37 anos em Alpiarça, Santarém, foi aqui que a advogada começou a dar os primeiros passos na política, ao lado da sua amiga e presidente concelhia do PS, Teresa Freitas. Ao *24horas*, Teresa sublinha o espírito "de missão" que caracteriza Sónia: "Empenha-se de corpo e alma em tudo o que faz, não olha às horas de trabalho e dá tudo o que tem para que o seu trabalho seja perfeito".

Teresa Freitas rejeita as críticas feitas pela oposição ao trabalho de Sanfona. "O trabalho na comissão obrigou a Sónia a grandes sacrifícios pessoais", frisa, lembrando que "muitas vezes chega a casa ao final da noite e ainda vai trabalhar na sua candidatura (é cabeça de lista do PS à Câmara de Alpiarça)".

Do que Sónia Sanfona não abdica é do tempo com os filhos – dois rapazes, de 8 e 9 anos. "É por causa deles que vive em Alpiarça e vai e vem todos os dias de Lisboa (a 100 km de distância)", afirma Teresa Freitas, confidenciando que, nos tempos livres, o que a deputada gosta de fazer é "ir ver os jogos dos filhos", que jogam no clube local.

## Ministro sai em defesa

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, defendeu ontem Sónia Sanfona, acusando a oposição de criticar as conclusões da comissão de inquérito ao BPN porque não atingiram o objectivo de destituir Vítor Constâncio. ▸

**DIA A DIA**

## Conclusões políticas

A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN desenvolveu um trabalho meritório. Os portugueses contribuintes que vão suportar o monumental buraco deixado por Oliveira e Costa e vários cúmplices ficaram a saber detalhes surreais de operações financeiras ruinosas de que até alguns intervenientes nos destinos do banco, como Dias Loureiro, diziam não ter conhecimento. A investigação criminal do BPN não é da responsabilidade do Parlamento. Cabe ao Ministério Público provar as acusações e aos tribunais julgar. O que estava em causa na Assembleia era a avaliação do sistema de supervisão. Que falhou notoriamente no BPN, como no BPP ou no BCP. Importa salientar que os criminosos do BPN são os que desviaram milhões de euros, não são os homens do Banco de Portugal. Na prática, Vítor Constâncio é o chefe dos polícias que não viram o banco ser assaltado. Como disse ontem Teixeira dos Santos, a Oposição queria a cabeça de Vítor Constâncio não apenas por causa das falhas de supervisão. Com a assinatura nas contas ao défice deixado pelo Governo do PSD-CDS, o governador do Banco de Portugal tornou-se um actor voluntário do jogo político, e isso também se traduz em factura política. E neste jogo político o texto de Sónia Sanfona absolve Constâncio, tal como a Oposição o condena.

**ARMANDO ESTEVES PEREIRA**  
DIRECTOR ADJUNTO



■ **BPN** ■ PEDIDO FOI FEITO NO DIA EM QUE SE DISCUTIU O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO



O trabalho da deputada do PS Sónia Sanfona (à esq.) como relatora foi muito criticado pela comissão parlamentar de inquérito ao BPN

# Liberdade para Oliveira e Costa

■ Defesa de ex-banqueiro considera que já não está em perigo a produção de prova. Juiz Carlos Alexandre ainda não tomou uma decisão

● DIANA RAMOS/  
/MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

O advogado do ex-presidente do BPN, Oliveira e Costa, entregou ontem no Tribunal Central de Instrução Criminal um pedido de libertação do seu cliente por considerar já não estar em perigo a produção de prova, disseram fontes ligadas ao processo.

Segundo a Lusa, deu entrada ontem no Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) um pedido do advogado Leonel Gaspar, que representa Oliveira e Costa, a solicitar a libertação do ex-presidente do BPN.

No entanto, ainda nenhuma decisão foi tomada, sublinhou a mesma fonte, já que o Ministério Público (MP) tem ainda de se pronunciar sobre este pedido. Posteriormente, e depois de analisar os argumentos da defesa e do MP, o juiz do TCIC Carlos Alexandre tomará uma decisão. Oliveira e Costa encontra-se detido desde o dia 20 de Novembro e é acusado de seis crimes (burla, fraude fiscal, infidelidade, branqueamento de capitais e aquisição ilícita de ações e abuso de confiança).

Tudo isto acontece no dia em que foi discutido na comissão parlamentar o relatório final da autoria da deputada socialista Sónia

## PS só cede na intervenção de Miguel Cadilhe à frente do BPN

### APONTAMENTOS

● **DESENTENDIMENTO**  
Os deputados da comissão de inquérito desentenderam-se quanto ao método de trabalho para a discussão e aprovação das conclusões do relatório. Precisaram de uma hora para debater a metodologia.

● **ALTOS CARGOS PÚBLICOS**  
Nuno Melo, deputado do CDS-PP, questionou Sónia Sanfona sobre a identidade dos responsáveis que ocuparam altos cargos públicos, e dos accionistas, que ajudaram a desenvolver o grupo SLN/BPN, que constam do relatório final.

Sanfona, que foi objecto de muitas críticas por parte da Oposição.

O PS entende que as críticas à supervisão são mais do que suficientes e só admite recuar nas responsabilidades que atribui a Miguel Cadilhe nos problemas que conduziram à situação de desequilíbrio financeiro do BPN.

Ricardo Rodrigues, deputado socialista, assumiu antes mesmo da votação final do relatório que "a maioria está disponível para aceitar propostas de outros grupos parlamentares", mas deixou claro ter "registado a altivez com que alguns deputados da minoria querem ver as suas propostas incluídas".

Só Miguel Cadilhe deverá escapar ao dedo acusatório das conclusões descritas no relatório da autoria da deputada socialista Sónia Sanfona. ■

**BPN**

## Conclusões do relatório não convencem

A oposição chumbou o relatório da socialista Sónia Sanfona sobre os trabalhos da comissão de inquérito ao caso Banco Português de Negócios, mas para o ministro da Economia e das Finanças o chumbo aconteceu apenas porque falhou o objectivo principal do processo: «fazer rolar a cabeça do governador» do Banco de Portugal. De acordo com o relatório, o Banco de Portugal «não ignorou» ou tão pouco «permitiu» a situação de inviabilidade do BPN, mas as conclusões da relatora não convencem os partidos da oposição.



## CARTAS

**BPN**

O relatório do inquérito ao BPN, levado a cabo pela comissão parlamentar, foi redigido por deputada socialista, provocando o seu conteúdo o repúdio de toda a oposição. Tal documento parece não corresponder ao que se passou no conjunto das várias sessões de inquérito e configurar o intencional branqueamento da negligente supervisão do Banco de Portugal, o que não surpreende se tivermos em conta a ligação do governador, dr. Constâncio, ao PS. Fica, assim, patente que a "camaradagem" não é uma palavra vã.

**João Manuel Abreu**





## política

**BPN.** A Comissão de Inquérito ao chamado caso BPN analisou ontem o relatório final de Sónia Sanfona, do PS, e as várias propostas de alteração que os partidos fizeram chegar. O papel de Constâncio na supervisão, o que fazer às considerações sobre Miguel Cadilhe acabaram por dividir os deputados, que ainda acusaram o ministro Teixeira dos Santos de se envolver no assunto



Miguel Cadilhe, um dos últimos presidentes do BPN, foi ouvido na comissão

## Alterações legislativas a caminho

Sónia Sanfona considera que nos trabalhos da Comissão de Inquérito foram aferidas algumas matérias que poderão, eventualmente, carecer de alteração legislativa. A deputada adianta serem estas de dois tipos: algumas detectadas pelas dificuldades no funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, outras suscitadas pelos depoimentos prestados perante a Comissão. No que diz respeito ao funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito a deputada refere que se "constatou a existência de diversas interpretações quanto às suas competências, designadamente, quanto à possibilidade de proceder ao levantamento de segredo profissional (independentemente da modalidade em que este se apresente), pelo que se afigura essencial proceder à clarificação do regime jurídico dos inquéritos parlamentares nesta temática. A deputada lembra que em final de legislatura isso caberá à nova câmara.

# PS CLARIFICA QUE CADILHE NÃO COMETEU FRAUDES

■ EVA CABRAL

O PS mostrou-se ontem disponível a alterar a forma como se relata o papel de Miguel Cadilhe, enquanto administrador do BPN, depois de deputados das bancadas do CDS, PSD e Bloco de Esquerda expressamente considerarem que este não podia ser colocado a par de Oliveira e Costa e de Dias Loureiro uma vez que não esteve envolvido em qualquer tipo de fraude ou negócio ilícito.

À hora de fecho desta edição os trabalhos da comissão de inquérito ao caso BPN foram interrompidas para que a deputada relatora, a socialista Sónia Sanfona, pudessem avaliar em que medida poderiam ser acolhidas as propostas de alteração e as sugestões feitas ao relatório por diversos partidos.

A deputada admitiu expressamente "incluir na versão final do documento que elaborou propostas alternativas de partidos das bancadas da oposição desde que estas façam sentido", mas as expectativas de que estas possam alterar significativamente o sentido de voto dos outros partidos são poucas.

Ricardo Rodrigues, coordenador dos deputados socialistas na co-

missão deixou claro que no entender do PS "é sempre necessário distinguir os criminosos (gestores e accionistas do BPN) dos supervisores", acusando os deputados da oposição não o fazerem.

O deputado socialista fez questão de dizer que o relatório de Sónia Sanfona "não isenta de culpas" o Banco de Portugal. Lembra que esta assume claramente que poderia ter havido uma "uma acção mais incisiva e mais diligente do Banco de Portugal", uma crítica considerada muito tímida que faz a oposição parlamentar falar em "branqueamento da supervisão".

As bancadas da oposição apresentaram propostas alternativas de conclusão, com excepção do Bloco de Esquerda, uma vez que o deputado João Semedo optou por de forma oral fazer as suas sugestões para a última versão do relatório de Sónia Sanfona. O PSD pela voz de Miguel Macedo apontou o dedo a vários pontos do relatório, criticando designadamente a referente à nacionalização do BPN. O deputado do PSD frisa que esta está descrita, mas que não é referido no relatório final

quanto vai custar a nacionalização, apenas se adiantando o quanto iria custar o plano de Miguel Cadilhe. O deputado do PSD acrescentou que o relatório de Sónia Sanfona também nada diz sobre a relação entre o Banco de Portugal e a Procuradoria-Geral da República. Miguel Macedo lembrou que o BP nas várias inspeções "obrigou" o BPN a sucessivos aumentos de capital sem ter alguma vez questionado "de onde vinha o dinheiro" para estas operações.

Já Honório Novo, da bancada do PCP, apresentou um relatório alternativo para a comissão de inquérito ao BPN depois de considerar que houve "branqueamento completo das responsabilidades da supervisão" bem como faltarem aspectos centrais no trabalho da comissão durante seis meses.

"Não podemos deixar passar em claro alguns dos aspectos centrais dos trabalhos desta comissão, designadamente as condições em que foi efectuada a decisão da nacionalização do BPN e as conclusões de branqueamento completo das responsabilidades

## Várias críticas a Teixeira dos Santos



O coordenador dos deputados socialistas na comissão de inquérito Ricardo Rodrigues garantiu ontem "não se deixar condicionar pelas declarações do ministro das Finanças Teixeira dos Santos" - sobre os trabalhos da comissão, nem "tão pouco pelas do líder do PCP, Jerónimo de Sousa" feitas na sequência das primeiras. O ministro de Estado, das Finanças e da Economia referiu ontem que os partidos da oposição criticam as conclusões da comissão de inquérito ao BPN de Sónia Sanfona porque não atingiram o objectivo de "fazer rolar a cabeça do governador" do Banco de Portugal. Declarações estas que foram ontem duramente criticadas também por Nuno Melo, deputado do CDS e vice-presidente da AR.

da supervisão", afirmou o deputado comunista.

Entre os pontos deste relatório alternativo, está a nomeação de várias "personalidades, administradores, directores e accionistas sobre os quais há uma fundamentação, documentação e depoimentos que de forma irrefutável demonstram a sua responsabilidade" nas irregularidades detectadas, disse Honório Novo.

Os comunistas acusam mesmo o PS de ter "escandalosamente omitido o facto de ter havido reputadas personalidades, com inquestionável credibilidade do ponto de vista económico e financeiro, e de administração bancária, que defenderam a necessidade ou a tese de, a haver uma nacionalização, ela incluir toda a parte financeira do grupo numa hipótese ou o grupo na sua totalidade".

Nuno Melo, do CDS - partido que também apresentou inúmeras propostas de alteração - acusou o relatório de ter avançado com um documento que "é cirúrgico na forma como, na gestão do BPN, quer atingir apenas alguns, com motivação partidária".

O deputado popular reafirmou a tentativa de "branquear uma supervisão que falhou" alertando para o facto de se tudo continuar na mesa se poder vir a ter outros casos como os do BPN e do BPP. Nuno Melo deixou claro na sua intervenção não ter esperança de conseguir alterar o tom do relatório, frisando que "a decisão está tomada". ■





## DESTAQUE CASO BPN

Paula Nunes



Maria de Belém salientou ao Diário Económico, no último dia da comissão de inquérito ao BPN, que "o funcionamento da democracia não implica decisões unânimes".

1

**OBJECTIVOS DA COMISSÃO**

A comissão de inquérito ao caso BPN tomou posse a dia 16 de Dezembro. Foram determinados seis objectivos: apuramento da situação de ruptura do BPN e dos fundamentos que levaram à nacionalização; apurar os factos que contribuíram para facilitar ou ocultar irregularidades; analisar a forma como, em concreto, o BdP cumpriu plenamente os seus deveres de supervisão e aferir das suas responsabilidades e ainda analisar as lacunas de regulamentação.



Maria de Belém Roseira, presidente da comissão parlamentar ao caso BPN.

2

**IRREGULARIDADES E RUPTURA DO BPN**

Sobre as irregularidades e o panorama registado antes da nacionalização, o relatório dedica 19 parágrafos. "O BPN foi um instrumento financeiro, colocado ao serviço de uma estratégia e de uma prática gananciosa", pode ler-se. Destaca-se o recurso sistemático a negócios de elevado risco, alguns "vieram a revelar-se ruinosos", a "offshores" e ao Banco Insular. A situação é ainda justificada com "negócios megalómanos" e "pagamento de remunerações em dinheiro vivo a colaboradores".

3

**FUNDAMENTOS DA NACIONALIZAÇÃO**

Sobre esta questão, do destaque real na corrida aos depósitos. Abordam-se as "várias tentativas de resolução", como o Plano de Miguel Cadilhe, "Operação Cabaz" e o interesse da CGD na compra do BPN. O PS salienta o "irrealismo das previsões" do plano de Cadilhe. O PS não tem dúvidas: "a nacionalização foi a melhor opção". "Não havendo realmente um plano viável para manter a instituição, a falência teria, para além de riscos sistémicos, um custo maior do que a nacionalização".

4

**INSUFICIÊNCIAS DO QUADRO LEGISLATIVO E ESTRUTURAIS**

O PS utiliza o argumento de que hoje são "reconhecidas as falhas de modelos de supervisão e regulamentação". Assim, a falha não é do BdP, até porque o FMI deu nota positiva ao desempenho do supervisor. O "BPN ludibriou propositada e reiteradamente a supervisão, procurando evitar que aquela pudesse cumprir cabalmente o seu papel". "A supervisão padeceu das mesmas dificuldades que a supervisão a nível internacional".

# Oposição aponta "falta grave" de Constância

Após o PS ter afastado a actuação negligente do Banco de Portugal, é a vez de todos os partidos da oposição reclamarem "falta grave" da supervisão.

Lígia Simões  
ligia.simoeseconomico.pt

Chegou ao fim o muito elogiado tempo de concórdia na comissão parlamentar de inquérito ao BPN. O relatório final do PS isentou de culpas a actuação da supervisão bancária, o que mereceu, de imediato, um coro de críticas de todos os partidos da oposição. Acusam que as conclusões foram politicamente motivadas. Ontem, na reunião final para votação final do documento, foi acesa a discussão, com a oposição a reclamar mais tempo para a discussão das propostas de conclusão alternativas. PSD, CDS-PP, PCP e BE concluíram, unanimemente, que houve "falha grave" do Banco de Portugal (BdP).

Esta é a classificação que permite ao Governo demitir o governador do banco central. É isso que está determinado nos estatutos do Banco Central Europeu, aos quais a lei portuguesa está subordinada. A presidente da comissão de inquérito ao BPN, Maria de Belém, decidiu avançar com a votação do relatório final, apesar da contestação de alguns partidos.

Nas conclusões alternativas

**AS OUTRAS CONCLUSÕES****PSD**

"O Governo não avaliou os custos da nacionalização e essa é uma avaliação que continua ainda hoje por fazer (...) os custos serão menores dos que o plano 23x08 (de Miguel Cadilhe) importaria?"

**CDS**

"A questão do risco sistémico nunca foi alvo de nenhum parecer ou estudo do Banco de Portugal ou do Ministério das Finanças, tendo sempre sido utilizada sem suporte técnico evidente e esclarecedor."

**PCP**

"À data da nacionalização, os apoios concedidos ao BPN como suporte à liquidez ascendiam a 500 milhões e, em Junho, passado, ascendiam a cerca de 2.700 milhões de euros."

apresentadas pelo PSD, que se mostrou hesitante, nos últimos meses, é contudente nas referências à actuação do BdP: "Faltas graves na forma omissiva e negligência grosseira". Os social-democratas consideram, nas suas conclusões alternativas, que "o supervisor nunca deixou de adoptar um comportamento que revela excessiva confiança, colaboração e benevolência para com práticas reiteradas e continuadas do BPN". Criticam ainda o argumento de "ingenuidade", utilizando por Vítor Constância face à confiança depositada em Oliveira Costa. Para o PSD, este "não pode constituir argumento para desculpar as incurrências do supervisor".

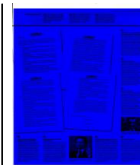
A terminologia "falha grave". É aí salientada a atitude do supervisor, até Junho de 2008, de se "conformar com as informações - ou falta delas - (...) esta omissão reiterada evidencia falha grave". O CDS-PP conclui que actuação do BdP evidenciou que "a política de supervisão seja, apenas e só, a supervisão do que as entidades supervisionadas entendem mostrar".

Já nas propostas de conclusões do PCP, os comunistas concluem que a supervisão bancária "falhou nos deveres e obrigações de defesa dos depositantes do BdP". Sustenta que o BdP não usou "todos os instrumentos legalmente existentes para investigar os factos detectados e para aprofundar o conhecimento das situações decorrentes dos fortes indícios apurados".

João Semedo do BE afirmou, por sua vez, ao Diário Económico, que o BPN "colapsou devido à sucessão de fraudes e ao falhanço da supervisão". Esta foi a leitura ontem avançada na comissão.

A avaliação política dos factos espelhada nas conclusões do PS é defendida pela presidente da comissão de inquérito. "A Assembleia da República é um órgão político e a competência das comissões de inquérito é fazer avaliação política", afirma ao Diário Económico. A deputada do PS recusa, porém, qualquer comentário às críticas de branqueamento da oposição. Maria de Belém faz, no entanto, questão de salientar: "O funcionamento da democracia não implica decisões unânimes". ■



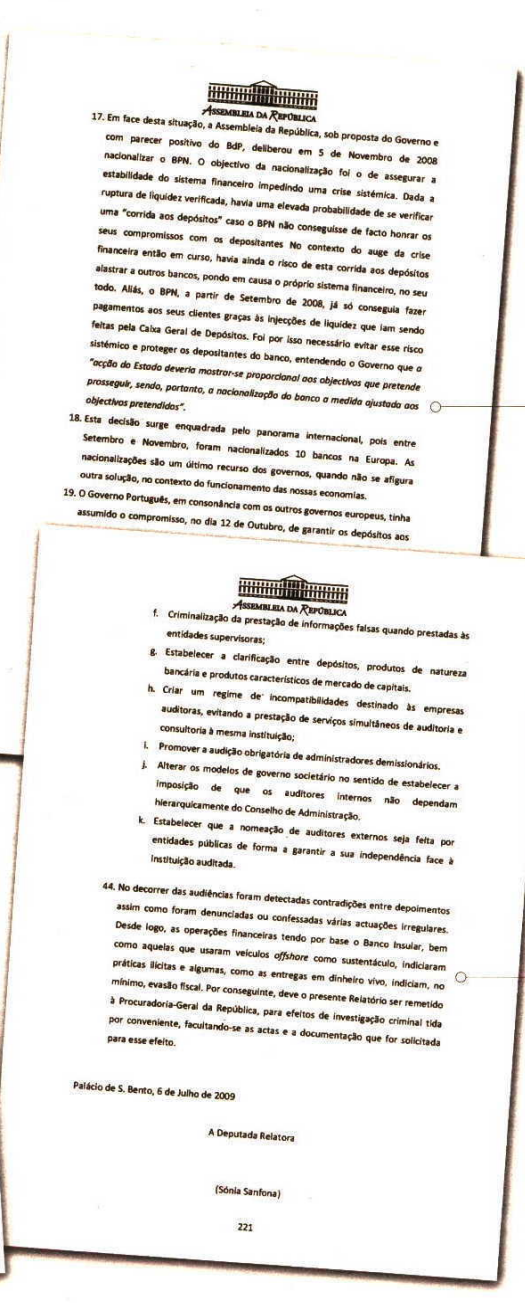
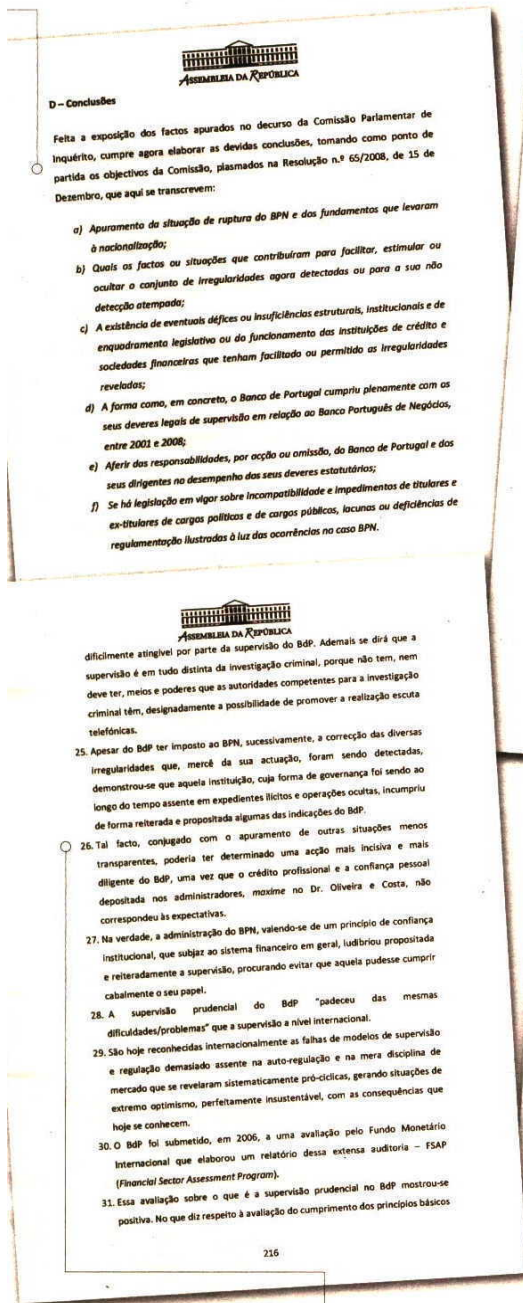


PONTOS-CHAVE

Os partidos da oposição são unânimes a apontar "faltas graves" na actuação de Vítor Constâncio, enquanto líder máximo do órgão de supervisão.

Miguel Cadilhe aponta o dedo ao relatório final da comissão: "O relatório faz com que a comissão de inquérito morra na praia". E acrescenta que houve falhas do BdP.

A Sociedade Lusa de Negócios deverá recorrer para tribunal da decisão do Ministério das Finanças de nada pagar de indemnização pela nacionalização do BPN.



8 REFORÇO DE SUPERVISÃO E ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Muito para além das conclusões, salientam-se várias necessidades, como melhorar a gestão de risco, aumentar a transparência dos produtos e das instituições financeiras. Destaque ainda para a revisão no trabalho das agências de 'rating', revisores de contas e auditores. Reforçar a actuação das autoridades de supervisão, melhorar a cooperação com a PGR e tornar os crimes sancionatórios mais pesados são outras medidas reivindicadas.

9 MIGUEL CADILHE

A audição a Miguel Cadilhe, o último presidente do BPN antes da nacionalização, a Operação Cabaz (plano apresentado para recapitalizar o grupo), a solução proposta ao Governo são amplamente citados. O presidente recebe ainda uma nota de censura: "Refira-se o elevado montante dependido pela SLN, a título de prémio de ingresso, para a contratação do Dr. Miguel Cadilhe, numa altura em que a situação financeira do grupo já se encontrava deteriorada".

10 DIAS LOUREIRO

Dias Loureiro, ex-administrador da SLN, foi a primeira vítima da comissão. Acusado de mentir aos deputados acerca do negócio de Porto Rico foi chamado novamente ao Parlamento, abandonou o cargo de conselheiro de Estado e foi constituído arguido pelo MP. "O grupo desenvolveu-se rapidamente, mercê da colaboração de pessoas influentes, em virtude do exercício de altos cargos públicos, designadamente o Dr. Dias Loureiro", lê-se no documento.



Oliveira Costa não teve qualquer avaliação qualitativa no relatório.

5 BDP CUMPRIU DEVERES LEGAIS DE SUPERVISÃO

O relatório frisa as diversas inspeções feitas pelo BdP ao BPN, "não havendo nenhum outro banco sujeito a mais inspeções directas". Em defesa do cumprimento dos deveres da entidade de supervisão, a relatora recordou ainda a imposição de um rácio de capital de 9%, aumentos de capital, as contra-ordenações. "Ficou claro que o BdP acompanhou e exerceu a supervisão de forma estreita e contínua".

6 DESEMPENHO DE VÍTOR CONSTÂNCIO

Todo o documento iliba o governador do BdP. A única nota negativa para o desempenho dos dirigentes da instituição e de Vítor Constâncio, enquanto seu representante máximo, recai numa única frase: "[...] poderia ter determinado uma acção mais incisiva e mais diligente do BdP, uma vez que o crédito profissional e a confiança pessoal depositada nos administradores, maxime no Dr. Oliveira Costa, não correspondeu às expectativas".



Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal

7 INCOMPATIBILIDADES ENTRE CARGOS POLÍTICOS E PÚBLICOS

Entre as principais necessidades de alteração legislativa, o PS refere que é necessária a "revisão do regime de incompatibilidades entre pessoas que tenham exercido funções na supervisão e transitem, posteriormente, para a actividade bancária e vice-versa". Oliveira Costa, recorde-se, exerceu funções no BdP antes de fundar a SLN e BPN. O documento diz ainda que "toda a sociedade deve reflectir" e "exige-se uma mudança radical de conduta da banca".

11 OLIVEIRA COSTA

Não se encontra no relatório uma única referência qualitativa à "disponibilidade" de Oliveira Costa para o apurar dos trabalhos desta comissão (na segunda audição), nem são feitos juízos de valor sobre o seu modo de gestão à frente do grupo. A comissão vai enviar para a Procuradoria-Geral da República o relatório final, uma vez que durante as audiências foram confessadas acções irregulares que indiciam práticas ilícitas e evasão fiscal.





## DESTAQUE CASO BPN

# Miguel Cadilhe diz que comissão “morreu na praia”

O último presidente do BPN antes da nacionalização reitera críticas à supervisão.

Maria Ana Barroso  
e Sandra Almeida Simões  
maria.barroso@economico.pt

Miguel Cadilhe tece alguns elogios aos trabalhos da comissão de inquérito sobre a situação que levou à nacionalização do Banco Português de Negócios, mas não poupa críticas ao desfecho dos trabalhos. No entender do último presidente do banco antes da nacionalização, o relatório final, da auditoria do PS, não faz jus ao trabalho realizado pelos deputados ao longo do inquérito. O ex-ministro das Finanças sugere alterações ao funcionamento das comissões de inquérito e renova as críticas ao desempenho da supervisão levada a cabo pelo Banco de Portugal e ainda à opção da nacionalização.

“O relatório faz com que a comissão de inquérito morra na praia”, afirmou o ex-presidente em declarações ao Diário Económico. Miguel Cadilhe, ouvido pelos grupos parlamentares da comissão a 15 de Janeiro, justifica a afirmação: “Houve muito trabalho, antagonismo, discussão e tenho pena que as conclusões não tenham ido ao fundo da questão e não tivessem tido um relatório final mais equilibrado”.

“Quem não conheça a história e leia o relatório poderá pensar que muitos dos factos ilícitos e irregularidades apanham todas as admi-



Miguel Cadilhe,  
último presidente  
do BPN antes da  
nacionalização

“Quem não conheça a história e leia o relatório poderá pensar que muitos dos factos ilícitos e irregularidades apanham todas as administrações, inclusive a minha.”

“Para mim é clara a longa e grave falha do BdP na supervisão. O BdP não fez o seu trabalho, faltou-lhe muita incisão e muita diligência.”

nistrações, inclusive a minha”, lamenta Cadilhe. Recorde-se que o relatório final, debatido e votado ontem na comissão, salienta que no decorrer das 54 audições (49 depoentes) foram várias as denúncias e confissões de actuações irregulares. Informações que indiciariam práticas ilícitas e até operações de evasão fiscal.

O antigo presidente do BPN lamenta a insuficiente “distinção entre as anteriores administrações e a nossa”. “Nós estamos do outro lado, de quem mudou e acabou com as práticas ilícitas”. Até porque, diz, “grande parte da comissão de inquérito foi alimentada graças ao trabalho que nós fizemos”. E faz questão de garantir que entre a sua equipa e as anteriores há diferenças, como “entre a água e o vinho”.

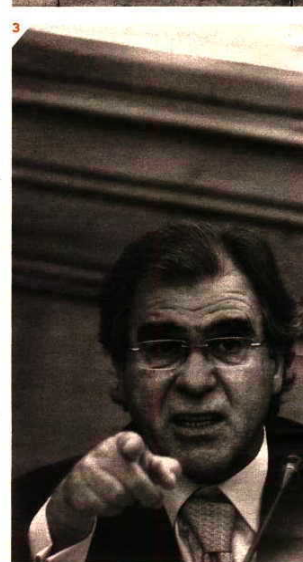
Na opinião do ex-banqueiro, a comissão poderia ter “pedido pareceres independentes e análises sobre algumas das questões subjacentes ao caso BPN, nomeadamente sobre a nacionalização”. A nacionalização representa assim, outra das grandes críticas do gestor, até porque “a conclusão não está devidamente fundamentada e apenas assume a opinião dos seus autores”. No documento, o PS descreve a nacionalização como “a melhor opção” face ao “irrealismo das previsões” do plano apresentado pela administração de Cadilhe. O ex-presi-

dente acrescenta, sobre esta questão, que “a comissão poderia ter pedido pareceres independentes e análises”.

Apesar de todas estas críticas, Cadilhe acredita que a comissão será útil: “Foi apesar de tudo um progresso face a outras comissões, com as limitações e defeitos que tem este tipo de iniciativas”. “E haverá consequências”, justifica, referindo-se a alterações legislativas e regulamentares. Cadilhe deixa ainda uma sugestão: “As comissões de inquérito funcionam numa lógica de maioria parlamentar, quando deveria funcionar numa lógica de avaliação individual de cada deputado”.

Sobre a facto de o relatório ilibar Constâncio, Cadilhe apenas renova as críticas proferidas há vários meses. “Para mim é clara a longa e grave falha do BdP na supervisão. O BdP não fez o seu trabalho, faltou-lhe muita incisão e muita diligência”.

No relatório, a nota negativa do PS resume-se a uma frase, em que a deputada e relatora Sónia Sanfona defende que o regulador deveria ter tido “uma acção mais incisiva e mais diligente do Banco de Portugal”. Miguel Cadilhe não podia estar mais de acordo, chegando mesmo a usar os mesmos adjectivos. “É isso mesmo, tal e qual. Precisa-se de uma acção muito mais incisiva e muito mais diligente”. ■



## ENTREVISTA RICARDO RODRIGUES Deputado do PS

# “Conclusões: cada um tira as suas”

O PS releva a condenação política de ‘gang’ que se serviu de funções públicas anteriores.

Lígia Simões  
ligia.simoeseconomico.pt

O PS defende que a Comissão não é um tribunal, rejeitando críticas de branqueamento das conclusões ao inquérito do BPN.

**Como reage às críticas de branqueamento do papel do BdP?**

Esta é uma crítica de natureza política. A verdade é que o PS na Comissão, admitiu toda a prova que foi requerida, foram ouvidas todas as entidades solicitadas, do relatório constam todos os factos apurados até à exaustão, conclusões: cada uma tira as suas.

**Admitir que o papel do BdP poderia ter sido mas “incisivo e diligente” não representa apenas um “mini raspanete”?**

Representa a conclusão que honestamente podemos tirar, com base nos factos. Que dizer dos que, desde o início dos traba-



Ricardo Rodrigues  
deputado  
socialista

“É o fim possível, mas o natural, para quem como eu já tem alguma experiência da vida, ou seja: era o esperado face aos interesses políticos legítimos que cada um visa atingir.”

lhos da Comissão, já tinham condenado o governador do Banco de Portugal como tendo cometido erro grave? Não será um processo de vingança política que nada tem a ver com os trabalhos da Comissão?

**Como vê os recados políticos de Constâncio e do primeiro-ministro a propósito dos trabalhos desta comissão? Não houve condicionamento?**

Todos os deputados exercem de forma livre e espero que consciente as suas funções. Tive até oportunidade de, em Comissão, discordar do Sr. governador, mas o resultado nada tem a ver com declarações, seja de quem for. Mais uma vez, refiro com toda a clareza que as conclusões do PS resultam dos factos apurados e nada mais.

**A nacionalização ficou fundamentada?**

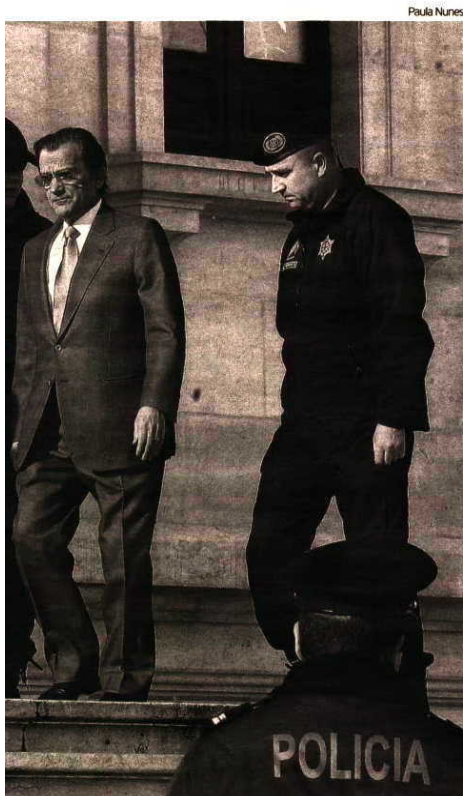
A fundamentação está expressa

no relatório de forma ampla e clara. Baseia-se em dois princípios fundamentais: evitar risco sistémico e não haver alternativa que melhor realizasse o interesse público. A alternativa proposta pelo BPN não era aceitável uma vez que, em última instância, usava o dinheiro público para valorizar acções ou seja o património dos accionistas.

**Das recomendações constantes no relatório quais as que gostaria de relevar face à sua importância?**

A condenação política de um ‘gang’ que, muitas vezes à vista da importância dos seus agentes que lhes adivinha de funções públicas anteriores, bem como de alguns accionistas, construíram uma organização que à custa de todos os nós quiseram de forma ilícita enriquecer alguns, que esperamos que a justiça venha a condenar. ■





Paula Nunes



Paula Nunes



Paula Nunes



João Paulo Dias



João Paulo Dias

**1** Oliveira Costa quis regressar ao Parlamento, depois da audição de 13 de Janeiro.

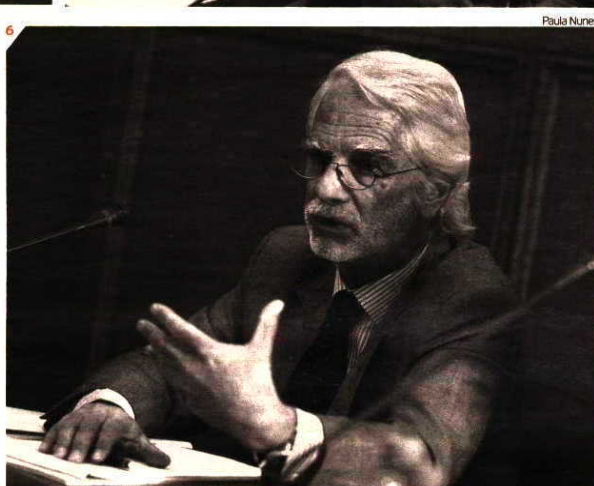
**2** A audição a Constâncio foi dividida em duas sessões. Protagonizou um acedo debate com Nuno Melo.

**3** Dias Loureiro, acusado de mentir aos deputados, foi a primeira vítima da comissão.

**4** O presidente do Banco Efisa, Abdool Vakil, foi presidente interino do BPN, alguns meses, após a saída de Oliveira Costa.

**5** Francisco Bandeira foi nomeado presidente do BPN após a nacionalização.

**6** António Marta, vice-governador do BPN, desmentiu Dias Loureiro.



Paula Nunes

## SLN recorre aos tribunais da nacionalização do BPN

**Depois das Finanças terem decidido "não atribuir qualquer valor" como indemnização pela nacionalização do BPN.**

**Maria Ana Barroso**  
maria.barroso@economico.pt

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) deverá recorrer para tribunal da decisão do Ministério das Finanças de nada pagar de indemnização pela nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN).

Depois da decisão das Finanças de 27 de Maio de "não atribuir qualquer valor" como indemnização pela nacionalização do BPN, a 2 de Novembro, terminava na semana passada o prazo para contestação por parte da SLN.

"No final da semana passada, a SLN manifestou ao Ministério das Finanças a sua discordância quanto à avaliação efectuada ao BPN", adiantou fonte oficial do grupo ao Diário Económico. A mesma fonte acrescenta que aguarda agora a decisão final do Ministério tutelado por Teixeira dos Santos.

Não se espera, no entanto, nenhuma alteração com significado face à posição inicial de nada pagar. Até porque a política, tanto das Finanças como da actual administração do BPN, sobre esta matéria, já foi manifestada publicamente.

Fonte oficial da SLN garante ainda que, uma vez conhecida a decisão final, não deixará de recorrer aos meios necessários para fazer valer os seus direitos. "A SLN reserva-se, quando da fixação definitiva do valor a pagar pelo BPN, o direito de defender os seus interesses, os dos seus accionistas e os dos seus colaboradores, utilizando os meios previstos na lei", assegura a mesma fonte.

Para a administração da SLN, o banco vale, pelo menos, o montante contabilístico. O presidente da SLN, Fernando Lima, lembrou, em Maio, na conferência de apresentação de resultados do grupo, que "o activo do banco está avaliado em 430 milhões de euros". A SLN não tem, no entanto, avançado que valor defende para a indemnização ao grupo e se se trata destes 430 milhões ou de um valor superior.

"A nossa convicção é que existem valores a receber", garantiu, no entanto, em Maio o mesmo responsável.

As razões do Governo para nada pagar à SLN como indemnização foram também

explicadas em Maio, no comunicado das Finanças. Como argumento o Ministério de Teixeira dos Santos defende que "o valor negativo da situação patrimonial e financeira do Banco Português de Negócios". A instituição nacionalizada a 2 de Novembro registou, no final de 2008, um prejuízo de 575 milhões de euros. O buraco financeiro (capitais próprios negativos) do BPN soma já, nesta altura, os 1,66 mil milhões de euros.

O banco encontra-se, nesta altura, em processo de venda.

Para a SLN, que desenhou um plano estratégico sem contemplar, por defeito, qualquer indemnização vinda do Governo, os milhões que puderem vir se for ressarcida serão preciosos. O grupo liderado por Fernando Lima registou, no final de 2008, um prejuízo de 170 milhões de euros. ■

### VALOR CONTABILÍSTICO

**430 milhões**

É o valor contabilístico do BPN, avaliado pela SLN

### BURACO

**1,66 mil milhões**

Dimensão do buraco do BPN já detectado pela actual administração, de acordo com os últimos números, divulgados com as contas do primeiro trimestre deste ano do banco.





# “Aprovar o relatório como o PS quer garante que podemos ter outro BPN”

Nuno Melo não exclui a constituição de uma nova comissão de inquérito

FILIPE PAIVA CARDOSO  
filipe.cardoso@ionline.pt

O deputado do do CDS, Nuno Melo, acusa o ministro das Finanças de pressionar a comissão de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) antes a aprovação das conclusões, e não exclui a uma nova comissão.

**Teixeira dos Santos acusou a comissão de inquérito ao BPN de querer fazer rolar a cabeça de Vítor Constâncio. Há uma ligação do CDS ao Banco de Portugal à conta da revisão do défice público, aquando da saída de Bagão Félix das Finanças...**

Teixeira dos Santos esqueceu-se de algo que é mais do que um pormenor: o facto de ele próprio estar a ser avaliado pela comissão, que tem três pontos – a gestão do BPN, a supervisão e a nacionalização. O responsável pela nacionalização foi Teixeira dos Santos que deveria ter esperado, no mínimo, que a comissão aprovasse o relatório e as conclusões para falar. E não tentar condicionar ou pressionar a comissão. Percebemos agora que Teixeira dos Santos quer ele próprio ser o instrumento de politização da comissão, uma estratégia do PS que começou nas europeias, com o candidato a tentar apropriar-se de forma indevida dos trabalhos da comissão. Se existiu uma comissão, se o PS fala agora em fraudes, então deve-o ao CDS, que foi quem convocou a comissão e lhe trouxe vários documentos. O que o PS não pode agora querer é que o CDS esqueça as evidências de que aquilo que se passou no BPN só sucedeu porque, apesar de todos os indícios de fraude conhecidos pelo Banco de Portugal, o supervisor nunca agiu além da lógica estritamente prudencial de supervisão. **O comentário de Teixeira dos Santos foi uma tentativa de condicionar os trabalhos da comissão?**

O comentário do ministro tem dois objectivos: condicionar os trabalhos da comissão, pressionando-a. O segundo objectivo é tentar branquear o papel da supervisão, por estar preocupado com a protecção de um camarada de partido. Assim, o ministro permite uma consequência gravíssima: aprovar um relatório que, ficando como o PS quer, garante que amanhã estará tudo rigorosamente na mesma. E que podemos ter outros casos como o BPN e BPP e as mesmas justificações por parte do ministro das Finanças. Isto é inaceitável e significa que, com tanta coisa que se descobriu, nada muda.

**As conclusões do PS tornam o trabalho da comissão infrutífero?**

Diria profundamente frustrante. O país e a opinião pública reconhecem a exce-



Nuno Melo, deputado do CDS, acusa os socialistas de branqueamento do papel de Vítor Constâncio

FILIPE CASACA

**“O Banco de Portugal esteve para a comissão de inquérito, como o BPP esteve para o Banco de Portugal”**

lência dos trabalhos da comissão e os méritos de quem descobriu factos surpreendentes. Agora, no final, quando se poderia aprovar relatório com conclusões unânimes, a maioria socialista tenta condicionar os trabalhos, reduzir o que foi apurado a duas/três pessoas, esquecendo as falhas graves da supervisão. **As comissões de inquérito deviam ter mais poderes?**

No segredo bancário do Banco de Portugal há uma invocação ilegítima, de quem está obrigado a colaborar com este órgão de soberania e recusou o envio de documentos. Se a análise fosse feita com esses documentos.. Até diria que o Banco de Portugal esteve para a comissão, tal qual como o BPN esteve para o Banco de Portugal. Recusou informações e não enviou documentos.

**Com o relatório e as conclusões aprovadas, que mais pode ser feito?**

Independentemente da politização feita pelo PS, há todo um espólio de registos que serão aproveitados pela investigação criminal. Este trabalho politicamente foi importante, credibilizou o parlamento e permitiu a descoberta de muita coisa. **Acha possível convocar-se uma nova comissão de inquérito ao caso BPN?** Independentemente das conclusões que

a maioria quer ver aprovadas, não excluo que de futuro seja constituída uma nova comissão para apurar aquilo que no tempo possível não foi tratado.

**As conclusões do PS seriam diferentes se não estivéssemos em ano eleitoral?**

Não. Hoje parece evidente que para alguns socialistas a dissociação de Vítor Constâncio, governador, de Vítor Constâncio, histórico socialista, é impossível.

**O CDS vai propor alterações legislativas? Falo do papel dos auditores, aumentar punições do Banco Central...**

Nada do que aconteceu no BPN se deveu a défice de legislação, deveu-se apenas a défice de supervisão. O que está em causa é perceber que há inúmeros poderes que a lei consagra que nunca foram utilizados por Vítor Constâncio. A possibilidade de determinar auditorias externas, de nomear administradores provisórios, a determinação de práticas restritivas de crédito, são medidas que o Banco de Portugal nunca deitou mão. Daí, a insistência de Vítor Constâncio em dizer, de forma deficitária, que a supervisão é prudencial não é verdade. A supervisão contempla medidas extraordinárias a que o governador nunca deitou mão, apesar de desde 2002 ter todos os indícios de práticas ilícitas no BPN, contentando-se com as aparências e permitindo assim uma nacionalização que nunca teria acontecido se o BdP não tivesse aceiteado que documentos não fossem enviados, informações não fossem prestadas ou respostas não fossem dadas, o que foi criando um sentimento de impunidade na gestão do BPN ao longo dos anos.

**Havia sentimento de impunidade na banca, face aos casos BPN, BPP e BCP?**

Casa roubada trancas à porta. O ditado é velho e resulta de experiências vividas. Esta supervisão funcionou mais como *primus inter pares*, do que como polícia do sistema. O polícia, perante indícios, agiria e mataria os problemas logo que os detectasse. Já um *primus inter pares* foi-se contentando com as aparências de correcção. Quem avalia os relatórios das inspecções ao BPN em 2002, 2005 e 2007 percebe a afirmação reiterada dos mesmos problemas: informações que não foram dadas, negócios simulados através de um offshore que o Banco de Portugal identifica, o Camden.

**Sem a comissão Dias Loureiro seria arguido?**

O essencial dos negócios de Porto Rico descobriu-se graças à comissão. Não sei como seria noutras circunstâncias, não tenho dons premonitórios, mas não tenho dúvidas que à comissão se deve o conhecimento público de alguns contornos importantes do negócio Porto Rico.

**Que conclusões faltam no relatório?**

Três ideias. A primeira, sobre a existência de fraudes que subtraíram dinheiro aos depositantes e accionistas. A segunda, em relação a referências às reiteradas e graves falhas da supervisão. E a terceira, o défice de informação na nacionalização. O governo não quantificou os prejuízos, qual o risco sistémico e os custos para contribuintes. Os deputados não souberam nada aquando da nacionalização e nada disso vem referido nas conclusões.





## ESPECIALISTA HUMOR



JOSÉ  
DE PINA

### *A mania das comparações*

EM PORTUGAL temos a mania de arranjar sempre um equivalente português aos estrangeiros famosos: P. Bento é o Ferguson do Sporting, M. Ferreira Leite é a nossa Dama de Ferro e Sócrates é o Dreyfus português! Agora, chegou a vez de encontrar o nosso Madoff. Mas isso é impossível! Nunca poderá haver um Madoff português. Reparem, ao contrário dos EUA, em Portugal os tradicionais valores da família continuam sólidos. Madoff foi denunciado pelos próprios filhos, vergonhoso! Em Portugal, nem tios, nem sobrinhos, nem primos se denunciam! E depois, Madoff teve de confessar tudo porque o sistema judicial americano, ao contrário do nosso, não contempla as figuras jurídicas da cabala e da campanha negra. E ser arguido, é coisa só nossa. Se Dante fosse tuga, a "Divina Comédia", além do Inferno, Paraíso e Purgatório, teria o Arguitório. Maria José Morgado (o Baltazar Garzón português, mas com rímel) diz que, comparar o sistema judicial americano com o nosso, é comparar um elefante com uma formiga. Mas também as nossas fraudes financeiras, comparadas com as americanas, são trocos. E todos nós sabemos a chatice que é contar trocos. Para perceber o caso BPN, paguei uma portagem só com moedas de 1, 2 e 5 cêntimos. O portageiro parecia o Constâncio a fazer supervisão, chegava a meio e voltava atrás. É isto que atrasa a nossa justiça, trocos! A única coisa que pode fazer de Oliveira Costa, o Madoff português, é que o americano enganou Spielberg e o nosso Costa enganou o Dias Loureiro que, como todos sabemos, é o Spielberg português. *Argumentista/humorista, escreve à quarta-feira*





O ex-administrador do BPN está detido desde Novembro

PEDRO AZEVEDO

# Advogado de Oliveira Costa pede libertação imediata

Defesa alega já não haver risco de fuga ou de destruição de provas

INÊS CARDOSO  
ines.cardoso@ionline.pt  
ANA SUSPIRO  
ana.suspiro@ionline.pt

A liberdade poderá estar próxima para Oliveira Costa, ex-administrador do BPN. O advogado de defesa, Leonel Gaspar, entregou ontem um requerimento alegando não haver risco de fuga ou de destruição de provas. O juiz Carlos Alexandre deverá tomar uma decisão nos próximos dias. O Ministério Público admite aceitar os argumentos da defesa, embora fonte do Departamento Central de Investigação e Acção Penal tenha assegurado não haver ainda decisão nesse sentido.

Na última revisão das medidas de coacção, segundo o advogado, o despacho do juiz de instrução apontava já na possibilidade de rever as medidas restritivas. Nem a Procuradoria-Geral da República, nem o Departamento Central de Inves-

tigação e Acção Penal confirmaram, ontem à noite, essa informação.

Oliveira Costa está detido desde 20 de Novembro, por suspeita de burla agravada, falsificação de documentos, fraude fiscal e branqueamento de capitais. Na semana passada foi de novo ouvido, durante várias horas, pelo Ministério Público, um dia depois da constituição do ex-ministro Dias Loureiro como arguido. Fonte judicial sublinha a atitude de colaboração que Oliveira Costa tem mantido com as autoridades, que poderá pesar na revisão da prisão preventiva.

**SOCIALISTAS RECUAM** O PS aceitou algumas alterações propostas pelos partidos da oposição ao relatório da comissão de inquérito parlamentar aos actos de nacionalização do BPN, mas desde que estas não ponham em causa o teor geral das conclusões.

A mensagem ficou logo clara na decla-

ração do deputado socialista. Ricardo Rodrigues falou depois de todos os deputados da oposição terem feito duras críticas ao documento da responsabilidade da socialista, Sónia Sanfona. Ricardo Rodrigues refuta o principal argumento dos partidos da oposição: de que as conclusões ilibam de qualquer responsabilidade a actuação do Banco de Portugal no caso BPN. "O relatório tem uma crítica objectiva à actuação do Banco de Portugal quando diz que a supervisão podia ter sido mais incisiva e diligente."

À hora de fecho desta edição, os trabalhos da comissão estavam suspensos para que a relatora avaliasse as muitas propostas de alteração e aceitasse algumas num novo relatório a votar na noite de ontem.

O documento final também deverá ir mais longe nas recomendações de alterações legislativas que reforcem o poder do Banco de Portugal, criminalizem práticas detectadas no caso BPN e aumentem

o acesso das comissões de inquérito a documentos protegidos pelo sigilo bancário.

Ontem, pelo menos até ao fecho da edição, houve um nome na cabeça de muitos, mas que não chegou a ser mencionado. Nuno Melo do CDS desafiou a deputada Sónia Sanfona a dizer a quem se referia quando falou de accionistas do grupo e titulares de altos cargos públicos. O deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo, pediu a inclusão do método que permitiu a antigos accionistas realizar mais-valia na compra e venda de acções e que traduziam uma relação de favor entre quem vende e compra, porque estas acções não estão no mercado.

Estas referências terão sido uma alusão ao Presidente da República. Cavaco Silva foi accionista da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), então dona do BPN, no início da década, tendo vendido as acções com mais-valia, segundo o jornal Expresso.





## Editorial

João Cândido da Silva

Director-adjunto



### O erro de Constâncio

**>** A conclusões dos inquéritos parlamentares variam de acordo com as maiorias políticas de cada momento. As comissões ouvem as pessoas que estiveram envolvidas nas matérias em investigação, confrontam-nas com as dúvidas que pretendem ver esclarecidas e reúnem documentação. Mas a leitura dos factos apurados segue um ou outro sentido, consoante o que, do ponto de vista partidário, é mais conveniente.

Na escolha das conclusões, ganha o mais forte, isto é, o que dispõe de maior número de votos, e não quem, eventualmente, defenda a versão mais distanciada e objectiva. Foi assim que, ao longo de diversas iniciativas para que a Assembleia da República emitisse um veredicto sobre os eventos que provocaram a morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, já houve comissões que se pronunciaram pela versão oficial do acidente e outras que se inclinaram para a tese do atentado.

Dadas as limitações do contexto em que os trabalhos são conduzidos, quem queira escapar à carga política que envolve os julgamentos finais tem como único remédio valorizar mais a informação recolhida do que a interpretação final que a partir dela é feita. É fácil entender porquê. Enquanto as inquirições estão abertas a todos os deputados que participam na comissão e cada um pode tentar ver esclarecidas as matérias que entender, as conclusões obedecem a uma lógica que visa favorecer, em primeiro lugar, uma verdade política que pode ter escassa aderência à realidade.

Quando aquele "trabalho de casa" é bem feito, tanto melhor. E se há aspectos que devem ser realçados nas actividades da comissão que tentou apurar as circunstâncias que levaram ao colapso e à nacionalização do BPN, foram a boa preparação e o interesse evidenciados, em geral, pelos deputados que participaram nos trabalhos.

A partir das actividades da comissão, ficaram à vista detalhes relevantes, como as contradições reveladoras entre os responsáveis do banco ou um modo de funcionamento da gestão que ficava muito a dever às boas práticas em matéria de transparência, rigor e forma de lidar com o risco das operações. Ou seja, todo um manancial de informação que indica como não deve ser administrada uma instituição financeira.

Para lá do equilíbrio duvidoso das conclusões oficiais, também ficaram as dúvidas sobre a actuação do Banco de Portugal que o PS tenta agora disfarçar. No mínimo, os comportamentos irregulares praticados pelos responsáveis do BPN de forma reiterada e persistente ao longo de uma década, como os trabalhos clarificaram, deviam ter sido confrontados com menor lentidão e passividade por parte do supervisor, demasiado crente na tese benevolente de que "não há banqueiros maus" ou capazes de mentir e ocultar.

Os socialistas acusam a oposição de estar mais interessada em abater Vítor Constâncio do que em apurar a verdade. Também será razoável afirmar que o PS está, sobretudo, apostado em preservar o governador. E a qualquer custo. A respeito deste ponto, há um empate técnico. Mas também existe uma certeza.

Constâncio é o primeiro culpado pelo facto de, um dia, ter acordado no centro de uma dura batalha política. Foi o próprio governador que caiu no erro de aceitar fazer a projecção de um défice público futuro herdado do PSD, para compensar o facto de ter apurado, anteriormente, a verdadeira dimensão de um défice passado herdado do PS. As duas tarefas são substancialmente diferentes e Vítor Constâncio não o desconheceria. O que negligenciou foi o risco de penhorar a sua independência e de se transformar numa arma de arremesso no jogo partidário.





## Primeira Linha

INQUÉRITO AO BPN

# Ex-governadores admitem falhas mas defendem que Constâncio pode ficar

Silva Lopes e Jacinto Nunes reconhecem falhas de supervisão no BPN mas defendem que Constâncio tem condições para ficar no banco central, contra a vontade da oposição. Relatório do inquérito mostra que o BPN tinha falhas prudenciais desde 2008

MARIA JOÃO GAGO [mjgago@negocios.pt](mailto:mjgago@negocios.pt)



Falta de consenso | Os deputados não estiveram em sintonia, ontem, sobre as conclusões inscritas no relatório da comissão

Dois antigos governadores do Banco de Portugal (BdP), José da Silva Lopes e Manuel Jacinto Nunes, reconhecem que houve falhas de supervisão sobre o Banco Português de Negócios (BPN), mas defendem que Vítor Constâncio tem condições para terminar o mandato. Isto apesar de a oposição considerar que o relatório da comissão de inquérito à nacionalização do BPN mostra factos suficientemente graves para colocarem em causa a continuação do actual governador do BdP. A reincidência de problemas prudenciais, detectados pelo supervisor entre 1998 e 2007, é um dos principais argumentos do PSD, PCP, CDS-PP e Bloco de Esquerda.

"Provavelmente, a supervisão teve falhas. Mas outras entidades internacionais também falharam, veja-se o caso Madoff, nos Estados Unidos", refere Silva Lopes. Para Jacinto Nunes, o erro do BdP "foi a confiança" em José de Oliveira Costa – "eu também o conheço, as pessoas não pensavam que fosse capaz" de tanta irregularidade, confessa.

Os dois antigos governadores acreditam que Constâncio não sai fragilizado da comissão de inquérito. "Estas coisas passam", alega Jacinto Nunes. "Não há razões para que fique fragilizado", concorda Silva Lopes. E defen-

dem que não estão reunidas as condições para que o líder da supervisão seja afastado por ter cometido falha grave, única possibilidade para retirar um governador do cargo.

Ainda assim, Jacinto Nunes reconhece que a sucessão de casos na banca "não é favorável à imagem do BdP. Estas coisas mancham sempre." O professor admite, até, que Constâncio possa querer sair voluntariamente "se o PS perder as eleições legislativas ou, mesmo que ganhe, se não conseguirem formar governo", por não controlar a maioria do Parlamento. Silva Lopes espera que "se tirem lições e que o BdP passe a actuar com mais rigor". Mas recorda que "o clima que se vivia há quatro ou cinco anos não era favorável a posições muito duras sobre os banqueiros", o que, na sua perspectiva, não devia ter "tirado a coragem do BdP de ir para a frente".

### Problemas desde 1998

Desde 1998 que o BdP foi identificando problemas prudenciais na instituição liderada por Oliveira Costa, segundo refere, de forma exaustiva, a parte expositiva do relatório da comissão de inquérito ao BPN. Muitas das "insuficiências" de organização, de controlo interno dos procedimentos de concessão de crédito, voltaram a ser iden-



Vítor Constâncio diz que só fará qualquer comentário após o fim dos trabalhos da comissão parlamentar.

tificadas nas inspeções realizadas em 2002, 2005 e 2007 (ver caixa).

Apesar de a parte factual do relatório, elaborado pela socialista Sónia Sanfona, dedicar cerca de 50 páginas a elencar os problemas prudenciais detectados no BPN naqueles anos – elementos inseridos na sequência de propostas da oposição –, as conclusões apresentadas pela maioria socialista ignoram estes dados.

A componente conclusiva apenas admite que "o apuramento de outras situações menos transparentes poderia ter determinado uma acção mais incisiva e mais diligente do BdP". De resto, enumera as medidas adoptadas pelo supervisor e defende que, "ao longo destes anos, o BdP acompanhou e exerceu a supervisão sobre o BPN de forma estreita e contínua". Para já, Constâncio não quer comentar o resultado do inquérito, cujo relatório é votado em plenário da Assembleia da República na sexta-feira.

## OS 6,83% DE CONSTÂNCIO

### PSD E PP NÃO PERDOARAM

Em 2005, quando chegou ao Governo, José Sócrates e o então ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha (vice-governador no Banco de Portugal entre 1996 e 2002), solicitaram ao Banco de Portugal uma análise à situação orçamental. A Comissão Constâncio apresentou os resultados em Maio: num caso de políticas inalteradas e sem receitas extraordinárias, o défice orçamental de 2005 chegaria nos 6,83% do PIB, o valor mais elevado desde o início dos anos 90. O PP e o PSD não perdoaram a Constâncio o exercício de previsão, reclamando que o BdP beneficiou o PS. O défice de 2005 ficou nos 6,1%.

## RELATÓRIO

DESDE 1998 QUE HAVIA PROBLEMAS NO BPN

### 1 PROBLEMAS DE 1998 MANTÊM-SE EM 2002

Em 2002, o BdP detecta "insuficiências" de organização e crédito que já tinham sido alvo de reparos em 1998. BdP refere "morsosidade" em ter informação.

### 2 APESAR DE MELHORIAS, FALHAS REPETEM-SE

Na inspeção de 2005, BdP diz que houve "algumas melhorias", mas volta a detectar "falhas" na concessão de crédito e nas operações intragrupo.

### 3 PRÉ-ANÚNCIO NÃO EVITA REINCIDÊNCIAS

Em Fevereiro de 2006, numa reunião com gestão do BPN, BdP avisa que em Setembro fará inspeção "especial" ao banco. Nessa acção, o BdP volta a criticar a informação fornecida pelo BPN e a identificar problemas prudenciais antigos.





Pedro Elias

inquérito à nacionalização do BPN.

# PS diz que Banco de Portugal "podia ter ido mais longe"

Nuno Melo, do PP, considera que o relatório final da comissão "é mesmo para inglês ver"

O PS considera que o Banco de Portugal "podia ter ido um pouco mais longe" na supervisão ao BPN, mas preparava-se ontem para, já depois da hora de fecho desta edição, chumbar as propostas de conclusão dos partidos da oposição, que eram muito mais duras na avaliação da entidade liderada por Vítor Constâncio.

A crítica socialista ao BdP fez-se ouvir pela voz da deputada Sónia Sanfona, relatora da comissão de inquérito. "Atendendo à gravidade de alguns incumprimentos e a alguma informação que foi chegando à supervisão, [o BdP] podia ter ido um pouco mais longe", afirmou, em linha com a conclusão

proposta de que o supervisor podia ter sido "mais incisivo e diligente".

No entanto, dada a indisponibilidade do PS - que ontem, na primeira parte da reunião, era evidente na reacção dos socialistas às críticas e sugestões da oposição - para ser mais duro com o governador, o PSD acusou o partido do Governo de não querer apurar a verdade no BPN.

"Esta comissão acaba como começa: o PS não quer a verdade" sobre o BPN, acusou Miguel Macedo, do PSD. Já Nuno Melo, do CDS-PP, sublinhou que "a decisão [dos socialistas sobre as conclusões] está tomada. [O relatório] é mesmo para inglês ver".

À hora de fecho desta edição, apesar de ainda não terem sido votadas as alterações às conclusões iniciais do PS, o partido da maioria já tinha mostrado disponibilidade para fazer uma correcção, rein-

dicada pelo PSD.

"A contratação de Miguel Cadilhe foi um negócio ruinoso a par do negócio de Porto Rico?", questionou o social-democrata Miguel Macedo, criticando o facto de as conclusões do PS considerarem um mau negócio "o elevado prémio de ingresso" pago ao antigo presidente do BPN. De imediato, os deputados do PS presentes na comissão anuíram, com linguagem gestual, na apreciação de que as duas operações não são comparáveis.

Antes disso, Sónia Sanfona já tinha mostrado disponibilidade do PS para viabilizar algumas das sugestões apresentadas pelo PSD, PCP e CDS-PP. O Bloco de Esquerda optou por não apresentar conclusões alternativas, por considerar que a oposição teve pouco tempo para analisar as propostas da maioria e produzir as suas próprias conclusões. **MJG**

## DEBATE

Os deputados da comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN discutiram ontem o papel de Vítor Constâncio no processo em torno do banco



Sónia Sanfona, deputada do PS e relatora das conclusões da comissão.

**Atendendo à gravidade dos incumprimentos, a supervisão podia ter ido um pouco mais longe.**

**A contratação de Miguel Cadilhe foi um negócio ruinoso a par do negócio de Porto Rico?**

**MIGUEL MACEDO**  
Deputado do PSD

**Algumas propostas do PS já tinham sido propostas pelo PCP e foram chumbadas.**

**HONÓRIO NOVO**  
Deputado do PCP



Nuno Melo, deputado do CDS-PP, falou sobre Teixeira dos Santos.

**Declarações do ministro são uma intromissão na comissão parlamentar.**



Hugo Veloso, representante do PSD na comissão parlamentar.

**A ideia que fica é que o PS quis proteger o governador e não que nós quisemos atacá-lo.**

**Esta comissão acaba como começa: o PS não quer a verdade.**

**MIGUEL MACEDO**  
Deputado do PSD





ID: 25856459

08-07-2009

## Inquérito à nacionalização do BPN

# “Estas propostas só podem vir de quem não conhece a realidade”

O bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas diz que a lei que regulamenta a actividade dos auditores é “suficiente e boa”

**FILOMENA LANÇA**  
filomenalanca@negocios.pt

“Devemos pensar sobre estes assuntos, mas a verdade é que já temos legislação suficiente e suficientemente boa. Que se ande para trás é que não posso concordar.” António Monteiro, bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), comenta desta forma as propostas de alteração à legislação que regulamenta a actividade dos auditores, avançadas no relatório parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN. Para o bastonário, “estas propostas de alteração à legislação que temos, só podem vir de quem não conhece a realidade que temos”.

António Monteiro, que diz não conhecer ainda o relatório e as propostas de forma aprofundada, sublinha que “há muito desconhecimento sobre o que é a profissão” o que leva a “assacar aos auditores responsabilidades impossíveis”. Porque, sublinha, “os auditores não são Deus, nem polícias, pois não dispõem dos mesmos meios de investigação e de produção de prova, por isso não podem esperar de nós o que não podemos dar”. Refira-se que entre as propostas apresentadas no relatório de inquérito defende-se que deve haver “um escrutínio mais próximo e detalhado, por parte dos auditores, dos contratos de financiamento celebrados por instituições financeiras”.

Prevê-se igualmente que os auditores externos passem a ser nomeados por entidades públicas, algo que, a acontecer, “faria de Portugal caso único na Europa, já nem nos países de Leste é assim”, contrapõe o bastonário da OROC, quanto ao que o relatório defende no sentido de ser necessário “melhorar a identificação das responsabilidades dos auditores, António Monteiro diz

## Apelo a uma maior colaboração entre PGR e supervisão

**No relatório final da comissão de inquérito à nacionalização do BPN é**

feito um apelo a “uma maior cooperação, em termos de partilha de informação, entre as entidades de supervisão e a PGR”. A este propósito, “deve o presente relatório ser remetido à Procuradoria-Geral da República, para efeitos de investigação criminal tida por conveniente, facultando-se as actas e a documentação que for solicitada para esse efeito”.

Esta iniciativa decorre do facto de durante as audiências terem sido “detectadas contradições entre depoimentos, assim como denunciadas ou confessadas várias actuações irregulares”. Em causa estiveram as operações financeiras que envolveram o Banco Insular, o uso de veículos “offshore” e “entregas em dinheiro vivo” que indiciam, “no mínimo, evasão fiscal”.

que “só pode estar em causa limitar essas responsabilidades”. É que, explica, “neste momento a responsabilidade dos nossos auditores já é limitada. Portugal é dos poucos países que insiste em não a querer limitar”.

O bastonário da OROC, que salienta não conhecer ainda o relatório do inquérito parlamentar, afirma que, “numa primeira apreciação”, as alterações propostas no campo da auditoria lhe parecem “desalinhadas com a realidade do caso BPN”. Por exemplo, aí, o auditor externo e o ROC já eram entidades distintas”. Sendo que outra das propostas passa pela criação de um regime de incompatibilidades, destinado às empresas auditoras, evitando a prestação de serviços simultâneos de auditoria e de consultoria à mesma instituição.

## OS PROTAGONISTAS DA COMISSÃO

**Maria de Belém, a calma condutora de uma comissão intensa |**  
Foi a mestre de cerimónias, gerindo de forma apaziguadora as várias alterações, por vezes emotivas, entre deputados e depoentes. A deputada do PS foi o rosto institucional da comissão, sempre disponível para dar esclarecimentos sobre os trabalhos.

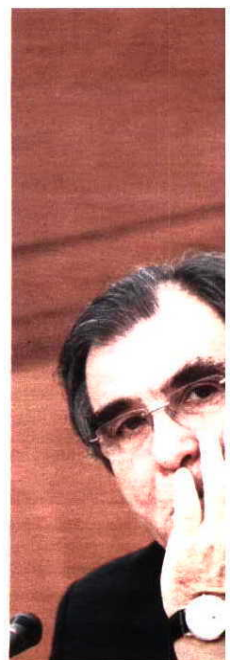


**Nuno Melo, eleito deputado europeu durante os trabalhos |**  
Ganhou especial protagonismo público com as suas críticas à actuação do Banco de Portugal. Depois da eleição europeia, teve um duelo particular com o ministro das Finanças. Esteve em foco, também, por atrasar a comissão para falar aos jornalistas.

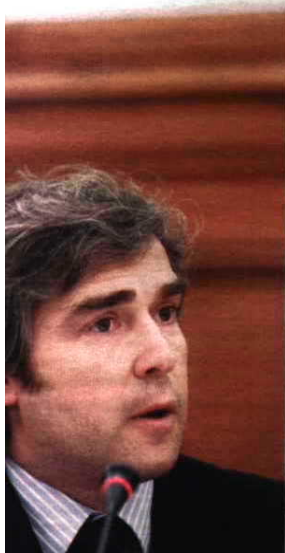
## AS VISITAS MAIS MARCANTES



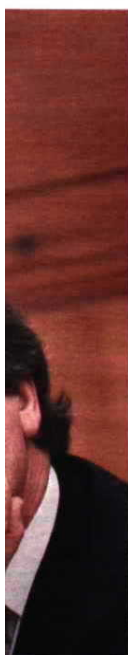
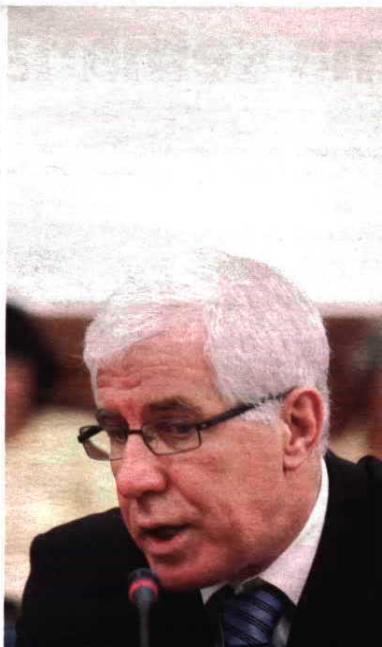
**Oliveira Costa, a figura mediática da comissão |**  
As duas visitas do ex-presidente do BPN foram verdadeiros eventos mediáticos. A última aparição pública desde que foi detido começou por um ataque cerrado aos accionistas da SLN e acabou em tom mais descontraído e coloquial, com vários momentos de humor.



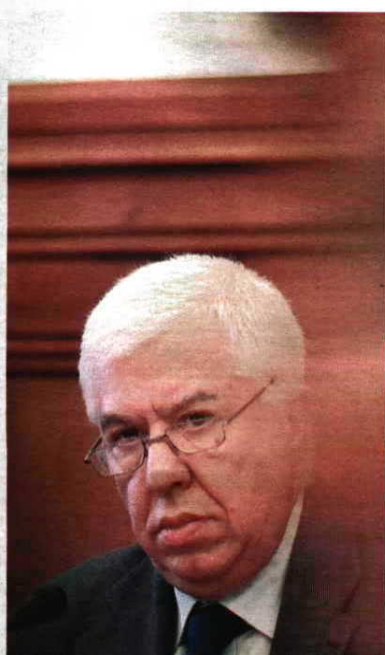




**Honório Novo, o deputado com trabalho de casa** | O representante do PCP na comissão fez investigação própria e trouxe novos elementos à comissão, sob a forma de documentos acerca da supervisão. Destacou-se pelas longas argumentações técnicas antes das perguntas e pelo confronto com Teixeira dos Santos.



**Dias Loureiro, o voluntário recidente** | O antigo ministro de Cavaco Silva disponibilizou-se para ir à comissão explicar o seu envolvimento no caso BPN. Depois, teve de voltar a explicar-se aos deputados, após os vários testemunhos que o responsabilizaram por alguns dos factos sob investigação.



**Teixeira dos Santos, o ministro da nacionalização** | O ministro devolveu todas as acusações sobre a supervisão, foi duro com os deputados mais agressivos, nomeadamente Nuno Melo, e acabou a audição a pedir para que apressassem as perguntas, que ainda tinha de ir trabalhar. Os deputados aceitaram.

## CONCLUSÕES

A deputada do PS Sónia Sanfona redigiu o relatório final da comissão de inquérito, enquadrando a nacionalização do BPN

### NACIONALIZAÇÃO PARA EVITAR CORRIDA AOS DEPÓSITOS DO BANCO

O documento quantifica o "risco sistémico" do BPN, referindo os 8,5 mil milhões de euros de depósitos e o risco de um eventual falhanço de um pagamento "induzir o levantamento generalizado de biliões de euros a que o sistema financeiro não podia dar resposta".

### REFLEXÃO SOBRE COMPORTAMENTO RESPONSÁVEL DA BANCA

O processo BPN leva a exigir-se "uma alteração radical de conduta" dos actores dos mercados financeiros, num movimento acompanhado por "uma efectiva responsabilização dos gestores e punições exemplares para quaisquer irregularidades e faltas de verdade".

### PAPEL DE DIAS LOUREIRO E OLIVEIRA COSTA NA CRISE QUE ATINGIU O BPN

"O grupo desenvolveu-se rapidamente, mercê da colaboração objectiva de várias pessoas influentes, em virtude do exercício de altos cargos públicos, designadamente o dr. Dias Loureiro e o próprio dr. Oliveira e Costa". O relatório sublinha ainda que o "o BPN foi um instrumento financeiro colocado ao serviço de uma estratégia e de uma prática empresarial gananciosas, muitas vezes precipitadas e até mal calculadas".

### ALTERAÇÃO DO PARADIGMA DE CONFIANÇA E MAIS PODER AOS REGULADORES

Uma das conclusões redigidas por Sónia Sanfona sublinha que o caso BPN é o pretexto para dar mais poderes aos reguladores e supervisores, "alterando o tradicional paradigma de confiança" relativamente à actuação dos banqueiros.

### COMPRA DO BPN PELA CGD FOI "LIMINARMENTE" RECUSADA POR CADILHE

O documento dá conta de que, durante a gestão de Miguel Cadilhe, "a CGD também se apresentou como interessada na compra do BPN, mas esta proposta foi liminarmente recusa-

O grupo desenvolveu-se rapidamente, mercê da colaboração objectiva de várias pessoas influentes.

Proposta de compra [da CGD] foi liminarmente recusada [por Cadilhe].

### RELATÓRIO

Comissão de inquérito ao BPN

da pela administração da SLN, presidida pelo dr. Miguel Cadilhe". Cadilhe recusou essa abordagem do banco público, já que estava na expectativa da resposta do Governo ao seu plano de saneamento para o BPN. O ex-ministro das Finanças é também citado no documento pelo "elevado montante despendido pela SLN, a título de prémio de ingresso" para a sua contratação.

### MEDIDAS ALTERNATIVAS À NACIONALIZAÇÃO DE EFICÁCIA QUESTIONÁVEL

O relatório justifica que a eventual aplicação de medidas de saneamento para salvar o BPN – restrição à concessão de crédito e à recepção de depósitos – era de "questionável eficácia (...) na situação concreta". No entanto, revela que o Banco de Portugal advertiu para a sua aplicação no caso de os rácios de solvabilidade não serem respondidos no prazo fixado. **PFE**





## PARLAMENTO

# Governo segura Constâncio

◆ O ministro das Finanças acusou ontem os partidos da Oposição de criticarem as conclusões da comissão de inquérito ao BPN porque não atingiram o objectivo de “fazer rolar a cabeça do governador” do Banco de Portugal.

“No meu entender, a Oposição tinha um objectivo muito claro: a Oposição quis servir-se da comissão de inquérito ao BPN para fins exclusivamente políticos e para fazer rolar a cabeça do governador [Vitor Constâncio]. E, como desse relatório não rola a cabeça do senhor governador, eles estão naturalmente insatisfeitos”.

Teixeira dos Santos disse ainda que foi a Oposição que “quis politizar todo este processo”, tentando culpabilizar Vitor Constâncio, devido às suas anteriores responsabilidades no PS e às críticas à situação orçamental em 2005.

### Comissão de inquérito

A deputada socialista Sónia Sanfona defendeu ontem o documento que propôs à comissão de inquérito, afirmando que este tem na sua parte expositiva “todos os factos, matérias e dados” e que a temática se presta a “conclusões diferentes”.

---

## Ministro das Finanças apoia PS na defesa de Vitor Constâncio contra toda a Oposição unida

---

“A parte expositiva do relatório tem todos os factos, todas as matérias e dados importantes que a comissão conseguiu apurar. Também admito que esse exercício de retirar conclusões possa não ser unânime, possa não ser consensual”, afirmou a responsável pela elaboração do relatório final perante os deputados da comissão.

Admitiu que “pode haver algumas matérias que não ficaram completamente esclarecidas”, ressaltando que “esta temática também se presta a que seja possível tirar conclusões diferentes”. ■



## Caso BPN

# Partidos queixam-se de “branqueamento”

• Tal como se suspeitava, os deputados da oposição que integram a comissão parlamentar ao caso BPN deverão apresentar posteriormente resultados alternativos ao relatório final redigido por Sónia Sanfona, apesar de a socialista ter admitido ontem que o Banco de Portugal poderia ter ido “mais longe” nas averiguações.



ESCÂNDALO AINDA SEM FIM

“Não podemos deixar passar em claro alguns dos aspectos centrais dos trabalhos da comissão” e “as conclusões de branqueamento completo das responsabilidades da supervisão”, disse o deputado do PCP Honório Novo.

Dos partidos da oposição, apenas o Bloco optou pela não apresentação de um relatório alternativo, mas antes por uma declaração de voto.

**Constâncio na mira.** Antes da reunião da comissão parlamentar, o ministro das Finanças afirmou não estar sur-

preendido com a contestação ao relatório final: para Teixeira dos Santos, “a oposição tinha um objectivo muito claro e quis servir-se da comissão de inquérito ao BPN [...] para fazer rolar a cabeça do governador [Vitor Constâncio]”.

“Face à intenção de estudar melhor as propostas apresentadas pelos vários grupos parlamentares” a presidente da comissão, Maria de Belém, propôs um intervalo nos trabalhos até à votação do relatório final que, até à hora de fecho desta edição, ainda não tinha terminado.





Ministro das Finanças quer reformas profundas na supervisão

## “Banco de Portugal deve ter mais poderes de supervisão”

**REFORMA** O ministro das Finanças e da Economia, Teixeira dos Santos, defendeu ontem, em Bruxelas, o fortalecimento dos poderes do Banco de Portugal, no quadro da reforma da regulação e supervisão do sistema financeiro que deve ser feita a nível nacional.

O governante admitiu a possibilidade de Portugal vir a adoptar o chamado modelo “Twin Peaks”, com duas entidades vocacionadas para a regulação e supervisão. Além disso, Teixeira dos Santos defende ainda que qualquer reforma deve passar pelo fortalecimento das instituições,

### Oliveira e Costa

O ex-presidente do BPN, Oliveira e Costa, pode vir a ser libertado em breve, avançava ontem a TVI. O Ministério Público concordou com a libertação por achar que já não há perigo nem de fuga nem de este poder destruir provas importantes para o processo. A decisão deve ser tomada até ao final desta semana.

designadamente do Banco de Portugal.

**METRO**





ID: 25861158

08-07-2009

Mais poderes para Banco de Portugal

# Modelo «twin peaks» agrada ao ministro

**O ministro das Finanças defendeu mais poderes do BdP, no quadro da reforma da regulação e supervisão do sistema financeiro.**

À saída de uma reunião dos ministros das Finanças da União Europeia, Teixeira dos Santos admitiu a possibilidade de Portugal vir a adoptar o chamado modelo «twin peaks», com duas entidades vocacionadas para a regulação e supervisão, defendendo que qualquer reforma deve passar pelo fortalecimento das instituições, designadamente do Banco de Portugal.

Apointando que houve quem tivesse pretendido, no quadro do



Arquivo

**Ministro.** Teixeira dos Santos quer mais poderes de supervisão para Banco de Portugal

processo do BPN, “debilitar a credibilidade das instituições”, o ministro defendeu que é necessário “um modelo onde as autoridades sejam fortalecidas e não enfraquecidas” e que “com certeza que o Banco de Portugal terá que ser reforçado nas suas competências, no âmbito da sua acção e nos poderes e nos instrumentos que tem à sua disposição”.

“Não tenhamos dúvidas que, no fim desta reforma, precisamos de um Banco de Portugal que será necessariamente mais forte, até em virtude destas mudanças a nível internacional”, disse, apontando que passará a haver “uma componente de supervisão para o todo do sistema financeiro, que vai ser feita a nível europeu, no Banco Central Europeu, no chamado comité europeu de risco

sistémico”, e é o Banco de Portugal que vai representar Portugal nesse comité.

No quadro de uma reforma que “reforce poderes” no sentido de melhorar a capacidade de prevenir os riscos, o ministro disse que, a par do Banco de Portugal, também o Conselho Nacional de Estabilidade Financeira deve ver os seus poderes reforçados.

Quanto ao modelo a adoptar em Portugal, Teixeira dos Santos disse que o chamado modelo «twin peaks» deve ser considerado e revelou que já convocou para a próxima semana uma reunião com o Conselho Nacional do Mercado dos Valores Mobiliários, onde haverá “oportunidade de debater estas possíveis soluções perante os representantes do sector financeiro”.





# Relatório da Comissão de Inquérito ao caso BPN segue em frente, mas sob o fogo da oposição

**Cristina Ferreira**

A relatora do documento, Sónia Sanfona (PS), admitiu integrar duas propostas alternativas que são críticas para o Banco de Portugal e à CMVM

● O relatório da Comissão de Inquérito (CI) parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN foi ontem aprovado com o peso da maioria socialista e o voto contra dos deputados da oposição. A relatora admitiu, no entanto, integrar algumas propostas feitas durante o debate.

As conclusões do documento elaborado por Sónia Sanfona (PS) sustentam que o Banco de Portugal cumpriu, de forma “estreita e contínua”, as suas funções de fiscalização e supervisão. Mas podia ter sido “mais incisivo e mais diligente” perante uma instituição que não cumpria reiteradamente as determinações do banco central.

Mesmo assim, Sónia Sanfona admitiu incluir no texto uma referência ao facto de a CMVM ter falhado na supervisão dos fundos de investimento do BPN e outra a considerar ilegítimo o facto de o Banco de Portugal ter invocado dever de sigilo para não facultar documentação pedida pela comissão.

No debate de ontem na CI, o docu-



**Caso BPN cava divisão entre o PS e os partidos da oposição**

mento foi contestado por toda a oposição que o classificou como uma tentativa de branquear o papel de Vítor Constâncio enquanto governador do BdP - acusado de ter falhado nas suas funções de fiscalização ao BPN.

Os partidos da oposição enumeraram um conjunto de factos apurados no quadro da CI e que consideram terem sido omitidos por Sónia Sanfona no seu relatório - se levados em conta, teriam permitido tirar outras conclusões menos favoráveis para o BdP. O PS reagiu, dizendo que as críticas revelavam “arrogância” e “altivez” dos deputados da minoria parlamentar. O

ministro das Finanças dissera de manhã que a oposição criticava porque o relatório não fazia rolar a cabeça de Vítor Constâncio. Ao contrário de PSD, PCP e CDS, o BE não avançou com propostas de alteração às conclusões, nem apresentou recomendações para incluir no documento que amanhã será debatido em plenário. A protecção de testemunhas de crimes financeiros (PCP), a protecção de responsáveis da banca que revelem ilicitudes (PSD), a necessidade de legislar de modo a que haja maior coordenação entre supervisores e revisores oficiais de contas foram algumas das propostas coloca-

das em cima da mesa.

João Semedo (BE) interveio para contestar o relatório e entregar uma declaração onde comunicou que se oporia a qualquer nova versão final do relatório por entender que os fundamentos estavam errados. Já o PSD solicitou ao PS que assumisse uma voz mais crítica para com o BdP, pois isso ajudaria à confiança dos consumidores.

O CDS e o PSD colocaram ainda dúvidas quanto à decisão de nacionalizar o BPN, com o deputado Nuno Melo a lembrar que as conclusões do relatório são politicamente motivadas e ignoraram meses de trabalho da CI, numerosos depoimentos e centenas de documentos que foram entregues para apreciação. Melo solicitou à relatora que esclarecesse quem são os accionistas do grupo SLN/BPN que ocuparam altos cargos públicos e que ajudaram o grupo a ter influência que lhe permitiu expandir-se, conforme defendido pela deputada socialista Sónia Sanfona. “Quais accionistas? Como é que se explica a referência a apenas duas pessoas (Dias Loureiro e Oliveira Costa) com ligações ao grupo SLN, e se refiram accionistas, sem concretizar?”

A reunião da comissão de inquérito, a que faltaram dois deputados do PSD (Aguar Branco e Almeida Henriques) serviu para uma primeira aprovação do relatório, que amanhã vai a plenário parlamentar.